



OS SABERES E FAZERES DAS MULHERES DE TERRA E DE ÁGUAS: PRÁTICAS TRADICIONAIS DE SAÚDE NA COMUNIDADE PESQUEIRA E QUILOMBOLA CONCEIÇÃO DE SALINAS/BA

THE KNOWLEDGE AND ACTIONS OF WOMEN OF LAND AND WATER: TRADITIONAL HEALTH PRACTICES IN THE FISHING AND QUILOMBOLA COMMUNITY CONCEIÇÃO DE SALINAS/BA

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo – UnB – Brasília – Distrito Federal - Brasil
marcelina.azevedo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca refletir acerca da agência feminina quilombola frente aos conhecimentos tradicionais de saúde na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA. No quilombo pesqueiro, os ofícios tradicionais são protagonizados por mulheres mais velhas que têm sua territorialidade atravessada por terra e águas. Contudo, os modos de fazer, viver e criar exercidos por essas mulheres no quilombo têm sofrido apagamentos diante do avanço da medicina ocidental, com a chegada do “progresso” e a negligência do Estado no processo de titulação desse território. Os dados contidos neste ensaio foram coletados a partir de pesquisa de campo em Conceição de Salinas no mês de junho deste ano. A partir dessas informações, concluímos que é a partir da garantia do território que os saberes-fazeres tradicionais de saúde, o bem-estar e a manutenção da vida pesqueira e quilombola poderão ser continuados.

Palavras-chave: Saberes e práticas tradicionais. Quilombos. Recôncavo Baiano. Comunidade Pesqueira. Conceição de Salinas.

ABSTRACT

The present article seeks to reflect on the quilombola women's agency in the face of traditional health knowledge in the Fishing and Quilombola Community Conceição de Salinas/BA. In the fishing quilombo, traditional crafts are performed by older women who have their territoriality crossed by land and water. However, the ways of doing, living, and creating exercised by these women in the quilombo have been erased by the advance of Western medicine, the arrival of "progress," and the negligence of the State in the process of titling this territory. The data contained in this essay were collected from field research in Conceição de Salinas in June of this year. From this information, we conclude that it is based on the guarantee of the territory that the traditional knowledge of health, well-being, and maintenance of fishing and quilombola life can be continued.

Key-words: Traditional knowledge and practices. Quilombos. Recôncavo Baiano. Fishing Community. Conceição de Salinas.

INTRODUÇÃO

A Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas está situada na região do Recôncavo Baiano, no município de Salinas da Margarida/BA, às margens do rio Paraguaçu e da Baía de Todos os Santos (BTS). Banhado por essas águas há pelo menos 300 anos, o quilombo já pertenceu à Ilha de Itaparica e, em outro momento, à Jaguaripe (SACRAMENTO, 2019)¹. Conhecida por sua expressiva atividade pesqueira, nos últimos anos, Conceição de Salinas tem sofrido ameaças de natureza socioambiental por empreendedores que visam invadir o território ancestral por ambições do capital.

Visando debater isto, por uma ótica do uso do território ancestral pela população para fins de saúde, seu solo e flora, o presente ensaio visa discutir como se dá o cuidado com as pessoas e com o território ancestral, tendo como agentes as mulheres pesqueiras e quilombolas de Conceição. Nesse sentido – e enfatizando uma territorialidade de terra e de águas – busco discutir de que maneira os saberes e práticas tradicionais de saúde contribuem para a continuidade dos modos de vida pesqueiros e quilombolas, o cuidado com o território e o bem-estar de sua população.

Argumento que empreendimentos imobiliários, loteamentos ilegais, desmatamento e poluição de espaços de uso coletivo, tornam pôr em risco a continuidade dos saberes-fazeres rituais e práticas tradicionais do território, visto que afetam a fauna e flora locais, bem como suas águas. Além disso, a morosidade do Estado na titulação dos territórios, bem como esses desmatamentos forçam cada vez mais com que a população seja obrigada a consumir alimentos e medicamentos industrializados, o que prejudica sua saúde.

Os caminhos metodológicos para a feitura desse trabalho se deram por meio de trabalho de campo e convívio diário com a população do quilombo pesqueiro. Por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, realizadas com as mais velhas de Conceição de Salinas, bem como participação em eventos culturais, políticos e religiosos. As interlocutoras foram mapeadas a partir de indicações do próprio

¹ Ao longo do texto, optamos por adotar nas citações os nomes e sobrenomes das autoras e autores referenciados, a fim de desmasculinizar as normas de citação acadêmicas e visibilizar autorias intelectuais de mulheres.

quilombo, assim, destaca-se a comunidade pesqueira e quilombola enquanto sujeita ativa deste trabalho.

Isto posto, o presente artigo está dividido em três momentos. Primeiro, busco apresentar a realidade da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas a partir de sua territorialidade. Segundo, apresento a discussão sobre saberes e práticas tradicionais de saúde. Terceiro, apresento a agência das mulheres quilombolas filhas da Terra para a perpetuação desses saberes e garantia dos territórios tradicionais. Por fim, nas considerações finais, retomo as principais ideias expostas no trabalho.

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E SAÚDE QUILOMBOLA

Segundo Paul Little (2004), as territorialidades dos povos tradicionais – essa expressa no plural com fins de destacar suas múltiplas formas e expressividades – são marcadas por “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2004. p. 253). Em Conceição de Salinas, essa territorialidade é marcada pela terra e pelas águas. A população pesqueira e quilombola tem em seu cotidiano, de maneira individual e coletiva, sua identidade afirmada pelo contato com o mangue, as marés, a lama e os ventos.

À vista disso – e refletindo acerca da biointeração acionada por Antônio Bispo dos Santos² (2019) – é possível compreender esses elementos da natureza enquanto sujeitos do cotidiano de Conceição de Salinas. Ao tratar das sabedorias orgânicas protagonizadas pelos povos originários e tradicionais, Bispo dos Santos (2019) entende biointeração como formas naturais de se relacionar com os recursos do território sem cometer excessos, extraído da terra – e no caso pesqueiro também dos mangues e das águas – suas riquezas, contudo, de maneira que não haja esgotamento desses ou acúmulo de recursos. Pois, como exemplifica a partir de conhecimento ancestral adquirido por seus mais velhos “Ninguém podia pescar para acumular, pois o melhor

² Antônio Bispo dos Santos ou Nêgo Bispo, é um mestre do saber e intelectual quilombola nascido no Vale do Rio Berlangas (Francinópolis/PI), mas atualmente morador do quilombo Saco-Curtume (São João do Piauí/PI).

lugar de guarda os peixes é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo” (BISPO DOS SANTOS, 2019. pp. 63-64).

Vistos como elementos sagrados pela comunidade tradicional, as águas da maré, a terra, os ventos, luas, mangues e lama são elementos cruciais para a reprodução do modo de fazer, viver e criar artesanais e tradicionais, pesqueiro e quilombola de Conceição. Assim, afirmamos a dedicação e respeito da população de Conceição de Salinas aos elementos da natureza enquanto parte de uma lógica biointerativa.

Esses elementos naturais, para além de serem fonte de recursos para sua subsistência e sobrevivência, também proporcionam aos quilombolas saúde e bem-estar. Além disso, as águas exercem o papel de referenciar o cotidiano, tanto através da especificidade do tempo das marés, como na luta pela garantia e preservação do território, suas identidades, direitos específicos e saberes ancestrais (SACRAMENTO, 2021)³.

No que tange a saúde quilombola, sabe-se que o território está vinculado diretamente à saúde dessa população. Vítimas de políticas higienistas, a ordem das relações raciais estabelecida no pós-abolição tornava por marginalizar e invisibilizar os segmentos negros da população brasileira, de forma que direitos, como à terra e à saúde, por exemplo, dos quilombos e de demais segmentos da população negra foram historicamente negligenciados pela ordem socioeconômica instaurada no pós-Abolição de 1888.

Os quilombos, tanto nos períodos colonial e imperial, são expressos como forma de transgressão negra ao sistema escravista vigente, caracterizados por seu enfrentamento à estrutura escravista daquele período da história do Brasil (GOMES, 2018; MOURA, 2021.). Apesar das demandas quilombolas de direito à terra e acesso às políticas públicas específicas terem sido historicamente reivindicadas por movimentos sociais, acadêmicos, negros urbanos e rurais pioneiros (NASCIMENTO, 2018; SOUZA, 2008; PLÍNIO DOS SANTOS, 2018), foi somente no final da década de 1980, a partir da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã” reconheceu a existência desses grupos e seus respectivos direitos. Promulgada 100 anos após a Abolição, a CF/1988 traz

³ Elionice Conceição Sacramento se autodefine enquanto pescadora e quilombola, intelectual, mestra do saber e militante da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas.

no texto constitucional o Artigo 68⁴ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT), que visa reconhecer os direitos quilombolas.

A compreensão de quilombos no presente se dá a partir da interpretação desses enquanto grupos étnicos que persistem resistindo histórico, cultural e politicamente, através de suas especificidades e diferentes maneiras de organização tradicional. Acrescido a isso, a antropóloga Souza (2008), afirma que, para além dos aspectos acima, são características da identidade quilombola uma ancestralidade negra comum, critérios político-organizativos estratégicos, lutas, destinos compartilhados e memória coletiva.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007) prevê para a população negra uma saúde integral a partir de uma conscientização da desigualdade racial presente na sociedade brasileira. Além de reconhecer o racismo que estrutura a nossa sociedade, no que tange aos segmentos tradicionais da população negra brasileira, o documento busca “garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular às populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde.” (*ibid.* p. 39), o “estabelecimento de metas específicas para a melhoria dos indicadores de saúde da população negra, com especial atenção para as populações quilombolas.” (*ibid.* p. 41) e a “promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas.” (*ibid.* p. 38)

Contudo, apesar de previstos por leis, programas e decretos, os direitos quilombolas, como de garantia do território, saneamento básico, educação diferenciada, saúde, cultura, livre circulação e uso da terra, são negligenciados, em parte devido ao racismo institucional do Estado (DEALDINA, 2020; SILVA, 2020)⁵. Para além de um desinteresse estatal, outros aspectos que contribuem para a não efetivação de direitos são de ordem fundiária, como projetos que visam desenvolvimentismo, expansão do agronegócio e grandes latifúndios, que não só se caracterizam como conflito de

⁴ O Art. 68 (ADCT) prevê: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

⁵ Selma Dealdina é quilombola do Angelim III do território ancestral Sapê do Norte, São Mateus (ES) e atua na secretaria da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Givânia Maria da Silvia é doutora em Sociologia e educadora do quilombo Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE).

interesses entre os latifundiários e as populações tradicionais, como também expõem essas populações a situações de violência e vulnerabilidade.

SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DE SAÚDE

Embasada em algumas das desigualdades raciais e sociais citadas na seção anterior deste trabalho, Sueli Carneiro (2005) compreende que um dos dispositivos acionados para contribuir com a continuidade dessas desigualdades é o epistemicídio. Acionado pelos segmentos brancos e colonizadores da população, esse dispositivo é estratégico para dominação dos povos originários, negros e tradicionais brasileiros. O epistemicídio se dá por meio do apagamento e deslegitimação proposital de conhecimentos e saberes-fazeres tradicionais praticadas por esses grupos, na intenção de os ofuscarem de um rol de conhecimentos e ciências possíveis, para além de epistemologias brancas e eurocêntricas.

Não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. (CARNEIRO, 2005. p. 97)

Sueli Carneiro (2005), assim como o supracitado Bispo dos Santos (2019), têm intenções de denúncia das violências e injustiças epistêmicas e cosmológicas sofridas pelas populações originárias, negras e tradicionais. De viés colonial e racista, os médico-científicos se restringem apenas aos seus conhecimentos eurocêntricos e sintéticos (Bispo dos Santos, 2019), excluindo os demais conhecimentos e formas outras de se pensar como possibilidades, como exposto pelo intelectual quilombola:

O saber orgânico anda com o saber sintético respeitando a fronteira. O saber orgânico chega na fronteira, e a fronteira para o saber orgânico é um espaço de diálogo. Então, cada vez que nós encontramos um outro saber a gente dialoga com ele, na boa. Se precisar aprender, a gente aprende. Mas aprender aquele outro saber não significa que a gente perdeu o nosso, a gente estendeu o nosso saber. A gente enriqueceu, e agora a nossa fronteira é mais à frente um pouco. É até o outro saber que a gente não sabe. O saber sintético é diferente. Quando ele chega na fronteira, ele não tem fronteira, ele tem limite, e ele não consegue dialogar com outro saber. Então o nosso saber é um saber do diálogo e o saber sintético é um saber do conflito. Quando ele chega no outro saber ele puf!, não reconhece o outro saber, não dialoga e chega no limite (BISPO DOS SANTOS, 2019. p. 91)

Enquanto o saber científico é compreendido por Manuela Carneiro da Cunha (2007) enquanto universal, hegemônico e absoluto, os saberes e práticas tradicionais são plurais e dialogam com os diferentes tipos e qualidades dos saberes, inclusive com os universais. Os saberes tradicionais, associados também às medicinas populares (RIZZO DE OLIVEIRA, Elda. 1985), também são expressões de resistência político-cultural aos saber científico-hegemônico, haja vista a “visão preconceituosa, que considera a medicina popular como uma prática feita por ignorantes, [que] nega qualquer contribuição que parta desta população para construir novas formas de pensar as doenças e as curas” (OLIVEIRA, 1985, p. 12).

Destacamos que a perspectiva de saúde trabalhada neste artigo condiz com a exposta por Oliveira (1985), em que saúde advém de um

estado de bem-estar que deveria ser produzido juntamente com as condições dignas de existência material (moradia, saneamento básico, alimentação, emprego, educação, lazer) deixa de existir para a maioria da população quando a sociedade desigual. (OLIVEIRA, 1985. p. 45)

As medicinas populares como conceituadas por Rizzo de Oliveira (1985) integram o cotidiano dos povos tradicionais e originários, dialogando com os recursos naturais encontrados em seus territórios ancestrais. Essas medicinas são frutos de anos – e por vezes séculos – de interação e conhecimento das populações acerca de suas terras, as plantas, fenômenos naturais, dentre outros seres não-humanos que as cercam. Os saberes dessas medicinas são dificilmente encontrados em livros, pois fazem parte de uma memória coletiva comum, sobre um território coletivo comum, que fazem parte de bibliotecas vivas, expressas nos mais velhos e mais velhas.

Os saberes da terra podem ser de conhecimento geral, mas efetivamente são praticados por especialistas, os terapeutas populares (GUIMARÃES, 2017) ou mesmo profissionais da saúde de formação tradicional (IBÁNEZ-NOVIÓN, 2012). Estes exercem cargos e ofícios fundamentais para a cura, saúde e bem-estar, tanto em âmbito individual, quanto coletivo. O compromisso desses profissionais – benzedeiros, raizeiras, parteiras, rezadeiras, ervateiros, mães e pais-de-santo – pode ser verificado na sua maneira de fazer, muitas vezes por caridade e/ou encarados como missão de vida. Também, possuem uma sensibilidade aguçada, que os permite uma observação minuciosa do corpo e dos sentidos, tanto seus, quanto de seus pacientes (GUIMARÃES,

2017). Em Conceição de Salinas, esses ofícios são em especial protagonizados pelas mulheres mais velhas.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES DAS ÁGUAS FRENTE AOS SABERES-FAZERES TRADICIONAIS

As mulheres quilombolas sempre estiveram à frente nos quilombos. A agência feminina quilombola se fez fundamental ao longo da trajetória quilombola no Brasil. As mulheres quilombolas representam a continuidade dos modos de viver, fazer e criar quilombolas, pois desempenham funções centrais em seus territórios. São as mulheres as principais responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais quilombolas, seja no âmbito dos festejos, dos modos de fazer culinários, artesanais e de plantio, do cuidado com o do território e com as pessoas. Também se fazem presentes no embate político e acadêmico por garantia de direitos específicos e afirmação de identidade e territorialidade (DEALDINA, 2020)

Em Conceição de Salinas, as mulheres também têm expressivo protagonismo nas atividades realizadas no quilombo pesqueiro. Com sua territorialidade perpassada por terras e águas, as mulheres de Conceição estão envolvidas nas atividades de pesca, religiosas, políticas e culturais do quilombo (SACRAMENTO, 2021).

Além disso, são orientadas por suas matriarcas ancestrais, que exerceram papéis fundamentais no quilombo para a continuidade de suas descendentes. Sacramento (2021) tece sua ascendência a partir de Veridiana Conceição, esta que não só nomeia o quilombo, como também dá sobrenome a diversas filhas e filhos da Terra. Filha de Veridiana, Filomena Curandeira – parteira, quituteira e marisqueira – dá nome à Raça de Filomena, uma das principais responsáveis pelo crescimento da população de Conceição e continuidade ao que se acredita ser a oitava geração de descendentes negras/os.

De Filomena descendem Rosalinda, Eliza e Totonha do Cajueiro, exemplos de referência de matriarcas ancestrais. Rosalinda, conhecida pelo quilombo como Mãe Rosa, foi a parteira mais famosa do quilombo, vindo a falecer aos 114 anos, realizou partos até os 106, sem nunca ter perdido uma criança. Eliza era referência na agricultura e Totonha era uma mãe espiritual em Conceição (SACRAMENTO, 2021).

No que tange aos ofícios das matriarcas ancestrais, o relato de uma mais velha que trazemos a seguir retrata o ofício desempenhado por uma matriarca de Conceição, finada Mãe Rosa, que exemplifica como se davam os saberes-fazeres de antigamente.

Naquele tempo não tinha nada de orientação nem de nada, quem podia ir pro médico ia... porque não tinha médico, se tinha uma mulher assim de parto mais perigoso tinha que levar pra Itaparica ou pra Salvador. Quando a criança tava atravessada, ela [Mãe Rosa] desvirava e a criança nascia. E quando ela via que não dava jeito, aí mandava procurar recurso, mas o que ela podia fazer ela fazia. (Dona Vené, 83 anos, 19 de junho de 2022).

Apesar da prática de partejar ter se perdido, terapeutas populares como rezadeiras, enfermeiras e médicas de mato ainda podem ser encontradas em Conceição. Além das rezas para Olhado, Espinhela Caída e Ardemorto, são remédios produzidos por elas xaropes, lambedores, garrafadas, pomadas e diversas receitas de chás. Esses remédios advêm de sua maestria no domínio das plantas medicinais encontradas no território, como quebra-pedra, capeba, vassourinha e corona. É por meio da continuidade dessas práticas e daqueles que as procuram que os saberes e práticas tradicionais promovem a saúde, a prevenção e a cura.

Segundo as mais velhas de Conceição de Salinas, a prática médica ocidental era escassa no território, assim, mas não somente por isso, as pessoas recorriam aos “entendidos”, que sabiam lhes diagnosticar, lhes tratar e por vezes lhes curar. Seu Arlindo, um dos moradores “mais antigos” da Conceição, relata como esse conhecimento “era na base do ‘se Deus quiser’”. Apesar do acesso ampliado aos hospitais e postos de saúde, hoje, em especial os mais velhos, continuam recorrendo aos saberes tradicionais de saúde, aos chás, xaropes, banhos, dentre outros.

As práticas tradicionais de saúde realizadas na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas também foram anunciadas pelas mais velhas enquanto bastante diversas nos seus modos de fazer, de maneira que não há alguém que faça “mais certo” do que a outra, mas as formas de fazer e praticar são respeitadas entre as mais velhas detentoras dos saberes e conhecimentos ancestrais. Esses saberes-fazeres dialogam diretamente com a natureza e seus recursos, como acionado por uma interlocutora:

As erva tão na natureza. Tudo que a gente utiliza é partindo da natureza. Tudo se inicia é com a natureza, então a gente tem que cultivar, cultuar a natureza. A gente num vai tá aqui pra agredir a natureza. a gente precisa dela, precisa das

erva. A gente tem que proteger a natureza, porque se não a natureza acaba, acaba com a gente também né. Então a gente tem que fazer as coisas que não vai atingir a natureza, coisas que vá proteger. Pra gente ter aquela energia boa, a gente tem que proteger também, cuidar. Pra gente ir pro rio, a gente tem que cuidar do rio, pra depois a gente voltar de novo e continuar tendo aquele lugar pra ir né. (Dona Regina, 57 anos, 01 de julho de 2022)⁶.

Porém, com o aumento dos empreendimentos imobiliários de natureza turística, loteamentos ilegais e desmatamentos locais, a população de Conceição de Salinas tem sido impedida de adentrar algumas áreas de matas, onde também são colhidas as folhas “verdadeiras” utilizadas para seus remédios, banhos, chás e xaropes. Segundo Sacramento (2021), empreendimentos como o Parque das Margaridas e o Loteamento Costa Dourada, por exemplo, tem protagonizado violências contra o território ancestral, suas áreas de uso comum e seus modos de vida. Em 2015, algumas famílias de Conceição de Salinas conquistaram o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), que compreende uma área de rica variedade de espécies para a pesca artesanal. Contudo, essa área também é bastante visada pelo capital, haja vista o acesso ao mar e as belezas naturais do território (SACRAMENTO, 2021).

As mais velhas relatam que para além do aterramento dos rios e dificuldades de acessar alguns espaços, o desmatamento também tem provocado a escassez de algumas plantas medicinais utilizadas por elas e de alimentos antes possíveis de serem cultivados nessas matas. Essa dificuldade de se conseguir determinados recursos se torna por defalcar as práticas tradicionais voltadas para a saúde, que são agravadas por esses fatores externos e que também motivam a compra de remédios industrializados por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, busquei refletir acerca dos saberes e práticas tradicionais de saúde agenciados pelas mulheres quilombolas na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas/BA. As mulheres quilombolas filhas de Conceição são as principais responsáveis na continuidade e preservação dos saberes-fazeres que, por meio de

⁶ A interlocutora em questão optou por manter sua identidade em anonimato, assim, substituímos seu nome verdadeiro por um fictício.

biointerações e cosmovisões, cuidam não só da população pesqueira, mas também do território ancestral. Essas mulheres são guardiãs das memórias e saberes do território tradicional e seus saberes integram um acervo de alternativas para saúde, prevenção e cura.

Os quilombos, apesar de terem seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988, por meio do ADCT 68, permanecem sujeitos em situações cotidianas de vulnerabilidade, haja vista a morosidade do Estado não só para titulação e regularização de seus territórios, mas também para proporcionar acesso às políticas públicas específicas. Apesar disso, as comunidades quilombolas seguem reivindicando seus direitos.

Averiguando as especificidades de Conceição de Salinas, seus modos de fazer e viver, foi verificado que empreendimentos de natureza turística e loteamentos ilegais têm ameaçado a vida e a saúde no território quilombola. Além de ter seus direitos violados, seus saberes-fazer são ameaçados e desmerecidos, visto que a medicina ocidental tem tomado proporções cada vez maiores. Acrescido a isso, o desmatamento proporcionado pelo capital tem diminuído a variedade de ervas e alimentos encontrados nas matas locais, o que limita a variedade e abundância do território, forçando a população a procurar cada vez mais alimentos e remédios industrializados, prejudicando a saúde do quilombo pesqueiro. Exposto isso, reafirmo a relevância de se refletir acerca dos saberes e práticas tradicionais de saúde, na afirmação da identidade e territorialidade pesqueira e quilombola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília/DF, Fevereiro, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

DEALDINA, S. Selma. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e a despatriarcalização da política. In: DEALDINA, S. Selma (org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. 1ª ed. São Paulo: Jandaíra, 2020, v. I, p. 26-44.

GEOGRAFAR. **Relatório Técnico Preliminar** – Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2019. Disponível em: Acesso em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rtid_preliminar_conceicao_final270619.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

IBÁÑEZ-NOVIÓN, M. A. Os profissionais de saúde de formação tradicional no norte de Minas Gerais. In: FLEISCHER, S.; SAUTCHUK, C. **Anatomías Populares: a antropologia médica de Martín Alberto Ibanéz-Novión**. Brasília: Ed. UnB, 2012.

GUIMARÃES, Silvia. Olhares diversos sobre pessoas e corporalidades: os saberes e práticas de terapeutas populares na região do DF e entorno. In: SILVA, C.D.; GUIMARÃES, S.M.F. (Orgs.) **Antropologia e saúde: diálogos indisciplinados**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina : EdUESPI, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra [1985]. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 273-294.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural - Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos)

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. “Direitos quilombolas: Trinta anos de um ato constitucional”. In: XAVIER, Lúcia de O.; AVILA, Carlos F. D.; FONSECA, Vicente (Org.). **Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil: estudos interdisciplinares**. Brasília: Editora CRV Ltda. 2018. Pg. 101-126.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas-BA**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2021. 255p.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Ayô, 2ª edição, 2019.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo - Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciada em Ciências Sociais pela mesma instituição. É extensionista voluntária do Centro de Documentação Quilombola Ivo Fonseca (CONAQ/FD/UnB). Integra o Calundu - Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras do Departamento de Sociologia (SOL/UnB). Tem interesse nas áreas de saberes e práticas tradicionais de saúde e cura, comunidades quilombolas, religiões afro-brasileiras, epistemologias negras e relações raciais no Brasil.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 16 de dezembro de 2022.

Publicado em 05 de março de 2023.